



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "REDE VIÁRIA FLORESTAL DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA DE 1.ª ORDEM" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL AMBIFLORA - SERVIÇOS DE SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA, DE BRAGA [PF 201/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia 7 de junho de 2017, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 24 de maio de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Eng.º **Hélder Jorge Oliveira Ventura**, casado, titular do Cartão de Cidadão n.º 10651734 1 ZY5, válido até 23-08-2020, natural de Valhelhas, Guarda, residente no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea, nº 10, Palmeira, Braga, que outorga na qualidade de **gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas que usa a firma "**AMBIFLORA SERVIÇOS DE SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA**," com sede na referida Rua da Linha Férrea, nº 10, Palmeira, Braga, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva **506 475 433**, com o capital social de € 50.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

----- Primeira -----

O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de 24 de maio de 2017, adjudicou, por Concurso Público, nos termos dos artigos 19º, alínea b) e 148º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos,

aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a empreitada de "REDE VIÁRIA FLORESTAL DE ACESSO A PONTOS DE ÁGUA DE 1.^a ORDEM".

Pela referida deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 2, do Código dos Contratos Públicos.

Segunda

O preço contratual é de € 180.203,00 (cento e oitenta mil duzentos e três euros), a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de € 10.812,18 (dez mil oitocentos e doze euros e dezoito cêntimos).

Terceira

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de 120 dias, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data.

Quarta

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de 30 dias úteis após a assinatura deste contrato.

Quinta

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código.

Sexta

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada do segundo outorgante está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP.

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 10 - Estradas**. -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01**– Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alinea 08** – Viação Rural. -----

Classificação Funcional – **3101**. -----

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato não está sujeito a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Segunda** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; ---

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; -----

d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- Décima Terceira -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- Décima Quarta -----

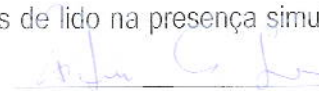
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

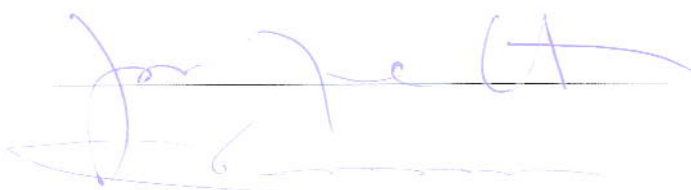
----- Décima Quinta -----


Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em 30-05-2017, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Braga-1, em 12-05--2017, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº 56586-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 8333-2782-4284, obtida via Internet, subscrita em 15-12-

2015, e válida até 15-12-2017, respeitante à matrícula da sociedade; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. _____

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  _____ Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste ato. _____





Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº 63/029/2017.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº 22/2017